

O PATRIMÔNIO IMATERIAL COMO ELEMENTO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA

Eva Vilma Correia Paes BARROS*

Márcia de Godoi QUEIROZ**

Danielle da Silva FERREIRA***

Por muito tempo o ensino de História se mostrou distante da realidade dos educandos, talvez isso tenha ocorrido por que a História ensinada sofreu grande influência da corrente de pensamento positivista que dominou as diversas áreas do conhecimento no século XIX. Segundo Pereira e Seffner (2008), a corrente positivista surgiu no século XIX tendo como principal representante Augusto Comte. Essa corrente de pensamento trabalhava com a ideia de que o conhecimento histórico só se constituiria se tido como verdade absoluta e incontestável. Partindo desse pressuposto, os fenômenos, fatos ou acontecimento eram submetidos aos métodos científicos de análises para serem validados ou não pela ciência.

A partir da configuração da História enquanto caráter de ciência pura, só faziam parte da escrita histórica os fatos extraordinários, heróis historicamente consagrados e, na sua grande maioria, ligados ao campo da política.

Moura (2004, p.02) afirma que:

A compreensão do mundo com base no cientificismo positivista que buscava a construção de verdades absolutas e incontestáveis tornou-se em pouco tempo, a tônica de todo o pensamento do Velho Continente, espalhando-se para diversos campos do saber. [...] a transformação que ocorre nas chamadas disciplinas humanistas, na História e a Sociologia. Elas também vão incorporar a tendência cientificista, auxiliando a explicar o domínio europeu nas novas colônias.

O contexto histórico do início do século XX foi marcado por fortes críticas a essa História positivista por esta ser, até então, vista como uma verdade única e acabada. Diante dos movimentos de contestação surge na França a Escola dos Annales com o movimento historiográfico que propõe embates e mudanças paradigmáticas, conceituais e metodológicos significativas para o campo dos estudos históricos. Dessa forma a Escola dos Annales inseriu no cenário historiográfico através da ideia de novos métodos qualitativos para análise histórica, a partir de novas fontes, métodos múltiplos que até então não eram reconhecidos por grande parte dos historiadores. Houve também uma ampliação dos documentos para análise histórica, que passaram a ser entendidos como um tipo documento histórico em meio à multiplicidade existente (LE GOFF, 2005).

A partir da inserção desses novos documentos e das ideias do novo pensamento historiográfico, Rocha afirma que (2008, p. 01):

[...] a historiografia [...] é chamada a responder questões específicas das sociedades humanas que, por muito tempo, permaneceram submersas sob o

* Graduanda do curso Licenciatura em Pedagogia UAG/UFRPE. email: eva_soll@yahoo.com.br

** Graduanda do curso Licenciatura em Pedagogia UAG/UFRPE. email: marcia.queiroz2010@hotmail.com

*** Especialista em História de Pernambuco UPE/campus Garanhuns - Pedagogia UAG/UFRPE. email: daniellesilvaferreira@hotmail.com

ícone da História Universal [...] reducionistas que pretendiam sintetizar a aventura humana na Terra.

Assim sendo, o movimento historiográfico dos *Annales*, contribuiu significativamente para ampliar os caminhos para obtenção do conhecimento sobre a História da humanidade, dando uma nova visão e registrando a História através do âmbito social e cultural. Assim foram sendo incluídas as classes marginalizadas na construção histórica, novas fontes e métodos de pesquisas.

No contexto brasileiro a História como disciplina escolar se constitui a partir das ideias universais de laicização do ensino, trazendo consigo os parâmetros tradicionalistas herdados do positivismo. De acordo com Nadai (2006) a disciplina de História em seu processo de consolidação tinha por objetivo a formação de uma identidade comum, identidade do cidadão nacional, ou seja, o ensino de História vinha naquela época para institucionalizar a memória oficial das classes dominantes, através de propostas curriculares e conteúdos referentes à História da nação brasileira.

O processo de industrialização vivido no século XX também deixou marcas na educação brasileira. Entre as décadas de 1920 e 1930 o sistema educacional foi pautado na lógica capitalista, dando ênfase aos processos tecnicistas de aperfeiçoamento profissional. Nesse contexto o ensino de História não tinha nenhuma autonomia, pretendia-se apenas a massificação do conhecimento fragmentado, que era imposta pelos conteúdos por parte do sistema governamental. (FONSECA, 2003).

No contexto do golpe militar de 1964 a organização sistema educacional era de total autoritarismo e verticalismo, imposto por uma doutrina moralizadora e disciplinar. Dessa forma, o ensino de História continuou a reproduzir uma educação cívica, visando atingir a segurança nacional do país e, se tornando assim um instrumento de reprodução ideológica e de dominação. Fonseca afirma que (2003, p. 25) “O ensino de História assumia a tarefa de formação cívica, impondo regras de conduta política por meio do estudo de temas e conceitos que eram de interesse central do governo”.

Nesse período o ensino de História estava vinculado à Geografia sob as orientações dos Estudos Sociais. Para o governo alcançar seus objetivos de segurança nacional através da educação, foi introduzidas a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no sistema de ensino brasileiro através do decreto-lei nº 869/69. Conforme nos mostra Fonseca (2003, p. 21).

Com o golpe militar de 1964, o estado passa a se preocupar com a necessidade de revigorar o ensino da educação cívica pela ótica da doutrina de segurança nacional [...] O decreto-lei nº 869/69 tornou obrigatório à inclusão de Educação Moral e Cívica como disciplina e como prática educativa em todos os sistemas e graus de ensino do país.

Com o fim do regime militar o Brasil entra no processo de redemocratização, nesse contexto de mudanças o ensino de História também passou por transformações significativas, que vieram através das reivindicações exigidas pela a sociedade e pelas mudanças ocorridas na História enquanto ciência. Porém, no ensino de História ainda permanecia associado às perspectivas os Estudos Sociais.

No decorrer da década de 1990 com elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a disciplina de Estudos Sociais foi suprimida em prol da ascensão dos conhecimentos específicos da História e Geografia. Em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para os anos iniciais da escolarização básica que fazem parte das reformas mais recentes dos sistemas de ensino brasileiro (FONSECA, 2003).

A partir dessas reformas no sistema de ensino a disciplina de História se tornou autônoma e paulatinamente foi sendo reelaborada através de outros parâmetros de ensino, tais

como: a redefinição do papel do professor em sala de aula, fundamentação pedagógica, a metodologia, valorização dos conhecimentos prévios dos educandos, introdução dos estudos históricos a partir dos anos iniciais do ensino fundamental. Estas tinham como objetivo formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, diferentemente da formação acrítica pautada na educação cívica que predominava na disciplina de História até bem pouco tempo. Essas mudanças na História ensinada foram em grande parte motivadas pelas perspectivas dos Annales que foi iniciada ainda na década de 1930, mas que efetivamente na educação do Brasil só apareceu depois da ditadura.

Com base nessas mudanças percebemos as novas necessidades da sociedade contemporânea, que agora já não aceitava tudo que lhes era impostos passivamente sem contestações ou mesmo indagações. Em função disso há uma eminência de um novo horizonte entorno do ensino de História, que contemple as mudanças de perspectiva no processo de ensino, tanto na prática do professor, quanto nas perspectivas do ensino de História.

A perspectiva de mudança tanto na História ensinada quanto na História ciência trouxe a percepção de novos métodos, temas e fontes, como já dito. Nesse sentido a busca por novas fontes tem o propósito de entender os sujeitos do conhecimento escolar enquanto indivíduos sociais construtores de conhecimentos, como podemos ver no PCN (1997, p.47) de História e Geografia do primeiro ciclo para os anos iniciais. Sue cabe ao professor:

[...] ao longo do seu trabalho pedagógico, integrar os diversos estudos sobre as relações estabelecidas entre o presente e o passado, entre o local, regional, o nacional, e mundial. As vivências contemporâneas concretizam-se a partir dessas múltiplas relações temporais e espaciais, tanto no dia-a-dia individual, familiar, como no coletivo. Assim, a proposta é de que os estudos sejam disparados a partir de realidades locais, ganhem dimensões históricas e espaciais múltiplas e retornem ao local, na perspectiva de desvendá-lo, de desconstruí-lo e de reconstruí-lo em dimensões mais complexas.

Nesse sentido, enquanto professores, nós devemos trabalhar como mediadores do conhecimento, de forma que tal conhecimento repercuta ativamente na realidade dos educandos, contribuindo com a construção da cidadania e com o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos mesmos. Nesse nível de escolarização é interessante que os educandos iniciem os estudos históricos pela observação da realidade em que estão inseridos. Assim, para as crianças a noção de lugar é de grande importância e uma forte componente da construção do conhecimento social. Na medida em que eles tiverem em contato com algumas fontes históricas devidamente mediadas pelo professor, o aprendizado se dará de forma mais significativa.

Assim observando os conteúdos propostos para a disciplina de História e relacionando-os a teoria Vigotskyana¹ que, apesar de não especificamente contemplar a compreensão histórica das crianças em seus estudos, nos traz informações importantes no aspecto do desenvolvimento educacional. Ele defende que a criança aprende no e com o contexto social do qual faça parte, enfatiza ainda que o conhecimento apresentado à criança precisar ter significância de modo que possam ser relacionados com seu meio, ou seja, o ensino de História que trata somente de uma realidade distante, definitivamente não fará com que de fato haja o aprendizado pleno.

Segundo Oliveira (2006, p. 37) citando Vigotsky:

Para Vigotsky é a partir de sua experiência com o mundo objetivo e do contato com as formas culturalmente determinadas de organização do real (e com os signos fornecidos pela cultura) que os indivíduos vão construir seu sistema de signos, o qual consistirá numa espécie de 'código' para decifração do mundo.

¹ A teoria de Levi Semenovitch Vigotsky-Psicólogo soviético (1896/1934) defende que, o desenvolvimento se dá através das relações sociais no decorrer da vida, isso implica dizer que, o contexto sócio cultural exerce influência no aprendizado do indivíduo.

Quando se fala de cultura esta não é vista por Vigotsky como algo pronto e acabado e sim como algo que proporciona o movimento de reconstrução, de releitura do mundo social, logo do entendimento social e ao mesmo tempo de fomento ao sentimento de pertencimento do 'seu lugar'. E nesse sentido o ensino de História pode ser trabalhado de forma contextualizada, valorizando tanto o contexto do educando como sua cultura.

Diante desse cenário a proposta para o ensino de História é que ele possa romper as paredes da sala de aula, de modo que os educandos possam pensar historicamente e criticamente sobre os fatos históricos. A aula não precisa apenas conter informações sobre o passado, mas também pode ensinar o educando a se situar no presente, a valorizar as diversidades das fontes e a pluralidade das classes e dos múltiplos pontos de vista entorno de um fato.

Assim, cabe o professor reconhecer que o conteúdo da História está presente em diferentes formas: personagens, monumentos, imagens, documentos, narrativas, festas e comidas típicas. Assim a História está presente em nossas vidas com 'faces e faces', e ele deve utilizar das diversas fontes como instrumento facilitador para sua prática, poderá contar com: as fontes orais, musicais e áudio visual, podendo dinamizar suas aulas e estimular os estudantes tornando o aprendizado prazeroso e significativo.

Bittencourt (2004, p.121), contribui quando afirma que:

O ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa- para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento.

Falando das fontes como elemento que transcende o conceito de verdade absoluta e que sua utilização não se dá de forma obrigatória e sim dependendo da disposição teórica-metodológica do professor. Ao usar das fontes como recurso pedagógico o professor deve ter bem definido os objetivos que pretende alcançar com essa prática sendo importante apresentar fontes comparativas, ou até mesmo documentos não com um caráter de prova como era visto na História tradicional e sim como mais um elemento comparativo e estruturante das várias visões sobre o mesmo fato. Portanto, através das fontes o estudante poderá fazer sua própria releitura dos acontecimentos, ampliando as possibilidades de interpretação do passado e remetendo-os para a compreensão de sua realidade.

Partindo da premissa de que a utilização de fontes históricas pode ser um elemento facilitador nas aulas de História, faremos a explanação de algumas fontes que podem ser mais adequadas para o âmbito educacional.

A fonte documental pode ser vista através de documentos escritos, nos livros didáticos, em depoimentos, internet, enfim em uma infinidade de meios, em relação a essa fonte o professor precisa ensinar aos alunos a fazerem uma leitura crítica, ou seja, indagar, questionar, comparar, reconhecer uma intencionalidade de quem produziu aquela fonte, o contexto em que ela foi concebida, enfim são inúmeras considerações que devem ser feitas, e é de fundamental importância que o professor desenvolva esse censo crítico nos educandos.

Uma nova concepção do uso de documento histórico em sala de aula que é apontada por Schimidt e Cainelli (2009, p.117):

Diz que o trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e o uso do próprio documento. Assim ele não poderá mais se restringir ao documento escrito, mas introduzir o

aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunhos da história local, além das linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e informática.

Partindo dessa perspectiva os documentos não devem ser considerados como verdades absolutas e sim como meio de responder as indagações feitas em sala de aula pelos educandos e professores. Dessa forma pode-se promover um diálogo entre o passado e o presente com base no conteúdo a serem ensinados.

Entendemos a Música também como uma importante fonte histórica, quando vista sob a perspectiva educativa, pois através dela podemos ampliar o universo de percepção histórica dos nossos educandos, promovendo um diálogo entre o conhecimento e realidade, com a finalidade de resgatar e reconstruir suas identidades e histórias de vida, bem como sua influência para a construção cultural regional e nacional. Segundo Bittencourt (2004), o professor pode trabalhar a compreensão dos educandos entorno dos conteúdos das músicas, identificando-os, e refletindo sobre as mensagens ideológicas lá encontradas, como também verificar as classes envolvidas na composição das mesmas.

O educador pode ainda promover debates entorno das motivações das gerações que compuseram as músicas e sua importância para a conscientização social, de modo que desenvolva nos estudantes o censo crítico a respeito dos conteúdos abordados nas composições. Por muitas vezes as Músicas além de trazer em suas composições conteúdos culturais, trazem também reinvindicações de grupos marginalizados pelas classes dominantes, e esses conceitos quando trabalhados num contexto escolar, contribui com a formação social e crítica dos educandos. Ao considerarmos a musicalidade como um instrumento adicional na prática pedagógica, estaremos contemplando gerações, temporalidades e espaços diferentes da História, estimulando os educandos a adentrarem no campo de pesquisa histórica, oportunizando-os a fazer uma releitura do mundo, contribuindo assim com a percepção da diversidade sociocultural brasileira.

Por último e não menos importante que as demais fontes citadas destacamos a fonte áudio visual como uma fonte de maior alcance, se pensarmos nos meios de comunicação como a televisão, o rádio, o cinema, entre outros, que contemplam grande parte da população mundial. Diante da intencionalidade e proporcionalidade de alcance da fonte áudio visual é imprescindível que sua aplicabilidade em âmbito educacional seja mediada pelo professor, para que a universalização das informações não venham a excluir conhecimentos importantes de níveis regionais e nacionais. Portanto, é papel do professor num movimento contínuo valorizar e trabalhar com a realidade cultural e social dos alunos.

Nesse sentido o trabalho pedagógico precisa estar apoiado em metodologias que contemple o que diz vá de o PCN (1997, pag. 33) e suas propostas para o ensino de História, como podemos observar: “O professor deve valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.”

Podemos constatar assim que as fontes históricas têm um grande potencial para a construção da consciência histórica dos educandos, tornando-os capazes de se perceber como parte importante da História da humanidade, do seu país, de seu Estado, de sua cidade, enfim valorizar a História local dos mesmos. Pensando assim na utilização da História local como elemento na constituição e formação do saber histórico dos estudantes nos anos iniciais. Podemos perceber o quão importante é a abordagem para a valorização identidade regional, tendo em vista os objetivos da disciplina que enfatizam a necessidade de trabalhar com os estudantes o mais próximo de sua realidade ampliando o conhecimento para níveis nacionais e mundiais. De acordo com Schimidt (2009):

A valorização da História local pelos historiadores teve reflexos nas propostas curriculares nacionais para o ensino fundamental (1997-1998) e para o ensino médio (1999) [...] Ao propor o ensino da história local como indicador da

construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referencia relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional o latino-americano, o ocidental e o mundial.

Em contra partida, cabe ao professor trabalhar sua prática pedagógica de forma contextualizada e valorizando o conhecimento prévio dos alunos, mas sem perder de vista os conteúdos comuns às temáticas históricas contidas no PCN (1997, p.43):

Que tem por objetivo que todas as temáticas sejam permeadas pelos conteúdos que se seguem, cuja aprendizagem favoreça a construção de noções históricas. É necessário que o professor oriente a acompanhe passo a passo a realização desses procedimentos pelos alunos, de forma que aprendizagem seja bem sucedida.

Schmidt (2009) acrescenta também que a História local pode ser usada como uma estratégia pedagógica, na transposição didática escolar. Dessa forma o professor deve ser preparado para fazer a transposição dos conhecimentos de forma que contemple o contexto social dos estudantes e que não exclua o conhecimento histórico escolar, contribuindo assim para que os educandos tenham uma visão múltipla da História.

Consideramos a escola como um espaço acolhedor das pluralidades dos educandos, de inclusão social, de respeito à diversidade podendo ter como recurso didático o estudo de seu próprio meio e ainda explorar a oportunidade de conviver com seus semelhantes buscando a compreensão da sociedade, o desenvolvimento do sentimento de pertencimento. O espaço escolar então se aproveitado em todos esses aspectos, certamente cumprirá com seu papel de formação de uma sociedade consciente e participativa.

A História local na perspectiva educativa pode ser trabalhada com diversos vieses, dentre eles escolhemos o Patrimônio. Entendemos o Patrimônio como o conjunto de elementos que constituem uma cultura ou grupo, ou seja, são elementos transmitidos de geração para geração que possuem significado histórico coletivo para tal. Ele também é um instrumento de consolidação dos referenciais culturais diante de outras culturas ou grupos.

Conforme Ferreira (2009, p.31) citando Funari e Pellegrini (2006, p.10), a definição de Patrimônio “é uma palavras de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* famílias, pai de família.” Dessa forma o Patrimônio era tido como um bem financeiro, ou seja, como uma herança familiar sem nenhuma relação com o espaço público. Esse conceito de Patrimônio se modifica no final do século XVIII após a Revolução Francesa quando o Estado passa a apresentar seus símbolos de guerra e mantê-los edificados, com o intuito de preservação simbólica do seu êxito sobre o antigo Estado. Partindo dessa perspectiva, por muito tempo o Patrimônio foi considerado uma forma de representação cultural de uma elite dominante.

Nas décadas finais do século XX o Patrimônio passou a ser entendido não apenas como bens materiais ou edificados e sim como também bens imateriais, onde podemos considerar o Patrimônio tudo que é construído pela sociedade, podendo ser costumes, danças, religiões, edificações, música, entre outros. (FENIX, 2009). No cenário atual segundo a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE, 2010, p.12), entende-se o:

Patrimônio cultural é, pois, o conjunto formado por todos os bens em que os indivíduos e os grupos sociais reconhecem seu valor como sendo importante para as referências de suas culturas e identidades culturais. São elementos, dentro do vasto universo da cultura, de representação e de reconhecimento de si e dos outros.

Patrimônio é compreendido em dois grupos distintos, são eles: o Patrimônio material e o Patrimônio imaterial. A FUNDARPE (2010, p. 09-10) citando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), afirma que:

Patrimônio material são os bens materiais de natureza concreta, ou seja, monumentos, núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, coleção arqueológica, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos. Dividem-se ainda em móveis, quando podem ser deslocados do lugar original, ou imóveis, quando são fixos. [...] Patrimônio imaterial são os bens imateriais, as práticas as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais a eles associados.

Podemos perceber que existem muitas possibilidades de fazer um trabalho educativo centrado no Patrimônio material e imaterial, cabe ao professor fazer as escolhas adequadas aos seus objetivos pedagógicos. Nesse sentido, usar o Patrimônio como recurso metodológico requer descoberta, investigação, portanto, o professor deve se colocar na posição de pesquisador, construindo seu próprio material didático através das suas pesquisas na sua localidade.

Podemos fomentar um processo educativo centrado no Patrimônio. De acordo com o IPHAN, que é o Órgão Federal responsável pela proteção, preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural nacional brasileiro, a Educação Patrimonial é:

Os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.

Dessa forma podemos perceber que o trabalho educacional através do Patrimônio é de extrema importância não só para os educandos, mas também para comunidade em geral, pois possibilita desenvolver nos indivíduos atitudes de valorização e preservação dos seus bens culturais, evitando que esses bens caiam no esquecimento.

A FUNDARPE (2010, p.16) confirma a importância da Educação Patrimonial:

A Educação Patrimonial como importante aliada na construção e (re) construção da identidade coletiva de uma sociedade e, principalmente, como uma ferramenta que pode estimular o sentimento de pertencimento desta mesma sociedade em relação ao patrimônio que ela possui. Produzindo, assim, uma nova forma de olhar, pensar e transformar o mundo que a cerca e, conseqüentemente, uma nova relação com o patrimônio que compõe esse mundo.

Portanto, percebemos a necessidade de uma reflexão entorno do ensino de História, que envolva metodologias pautadas nas mudanças descritas acima. Desse modo compreende-se a importância da inserção do Patrimônio na sala de aula como um elemento facilitador na prática do professor, visto que ele contribui efetivamente com a construção do saber histórico do educando. O uso do Patrimônio seja material ou imaterial como recurso pedagógico possibilita o educando desenvolver atitudes de valorização cultural, respeito às diferenças, conhecer as diversidades culturais, ao mesmo tempo contribui para o reconhecimento e a construção da identidade sociocultural do educando, de modo que o mesmo se perceba enquanto sujeito que ressignifica a cultura e a História cotidianamente, logo através da Educação Patrimonial pode-se atingir os objetivos da disciplina de História em formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, bem como entra em consonância com as propostas previstas no PCN de História e Geografia para os anos iniciais.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: História, Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história*. Campinas/SP: Papirus, 2003.
- FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. In FERREIRA, Danielle. Dialogando com os saberes e as práticas dos professores dos anos iniciais sobre o patrimônio histórico local. Garanhuns, 2009.
- FUNДАРPE, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Educação patrimonial para o Agreste Meridional*. 2. ed. – Recife, 2010.
- _____. Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais. Recife, 2009.
- IPHAN. *Educação Patrimonial*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan> Acesso: 05-novembro-2012.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Revel. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MOURA, José Adersino Alves de. *O método positivista nas ciências sociais: o viés na história da educação*. UFPI/UESPI, 2004. Disponível em: www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT29.PDF Acesso: 31- outubro-2012.
- NADAI, Elza. O ensino de história e a “Pedagogia do Cidadão”. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. *Relações entre o Patrimônio material e imaterial: O caso do cemitério japonês*. Revista de História e Estudos Culturais. vol.06, nº 02, Ano VI, Uberlândia /MG, Abril/maio/junho. 2009. Disponível: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_12_Rodrigo_Modesto_Nascimento.pdf Acesso: 05-novembro-2012.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vigotsky: Aprendizado e desenvolvimento – Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Editora Scipione 2006.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. *O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História; v.15, n.28, Porto Alegre, dez. 2008.
- ROCHA, Eliane. *A captura de novos sentidos na história - Gênero e etnia*. USP/ CEDHAL, 2008. Disponível em: www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol04_atg6.htm Acesso: 31- outubro-2012.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.